



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI**

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA**  
**LEGISLATIVA Nº 011/2025**

Encaminho à elevada apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei de Iniciativa Legislativa que dispõe sobre a apreensão de animais de médio e grande porte encontrados soltos nas vias e logradouros públicos da zona urbana de nosso município, bem como estabelece diretrizes para a guarda, manutenção e posterior destinação desses animais.

A presente proposta tem como objetivo central promover a segurança da população jaguariense, evitando acidentes de trânsito e outros transtornos decorrentes da presença de animais soltos em áreas urbanas, especialmente bovinos, equinos e similares. É notório que, quando soltos e sem vigilância, esses animais representam risco real à integridade física de pedestres, motociclistas e motoristas, podendo provocar acidentes com graves consequências humanas, materiais e à própria vida dos animais envolvidos.

O Projeto de Lei também prevê que os custos decorrentes da apreensão, guarda, transporte e manutenção dos animais serão de responsabilidade de seus proprietários ou tutores legais, em conformidade com o princípio da responsabilização civil. Ressaltamos que os valores arrecadados com essas cobranças serão vinculados exclusivamente à manutenção das ações relativas ao serviço de apreensão e cuidado com os animais, garantindo a sustentabilidade financeira do programa e o respeito aos direitos dos animais.

Trata-se, portanto, de uma medida que visa equilibrar segurança pública, saúde coletiva, ordenamento urbano e proteção animal, pilares fundamentais de uma cidade comprometida com o bem-estar de seus cidadãos e do meio ambiente em que vivem.

Diante da relevância do tema e de seus evidentes benefícios à coletividade, submeto o presente Projeto de Lei de Iniciativa Legislativa à apreciação dos nobres vereadores.

Jaguari/RS, 17 de JULHO de 2025.

***Lucas Maia Marin***  
***Vereador PL***



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI**

## **PROJETO DE LEI N° 11/2025**

**Regulamenta a apreensão de animais de médio e grande porte soltos nas vias e logradouros públicos da zona urbana do Município de Jaguari e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

**FAZ SABER**, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica proibida a criação e a circulação de animais de médio e grande porte, em estado de soltura, às margens das rodovias asfaltadas e vias urbanas no Município de Jaguari.

**§1º.** Considera-se “animais de médio porte”: os ovinos, caprinos, suínos e os que lhes sejam equivalentes em tamanho ou peso;

**§2º.** Considera-se “animais de grande porte”: os equinos, bovinos, asininos, muares e os que lhes sejam equivalentes em tamanho ou peso;

**§3º.** Considera-se “solto”:

- I. animais encontrados em lugares públicos, desacompanhado de seu proprietário ou responsável;
- II. animais em tropel, criados ou transportados de maneira desordenada ou não apropriada, sem o devido acompanhamento ou assistência do responsável.

**Art. 2º.** A criação de animais de médio e grande porte no perímetro urbano do Município de Jaguari implicará:

- I. na emissão de notificação com prazo de 48 horas para retirada e destinação dos animais para fora do perímetro urbano;
- II. expirado o prazo prescrito no inciso I deste artigo e confirmada a não retirada dos animais deverá ser aplicada multa diária de 2 VRM (Valor de Referência Municipal) por animal localizado nos currais, baias e criadouros localizados no perímetro urbano.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI**

III. decorridos cinco dias da emissão da multa de que trata o inciso II deste artigo, sem que o criador tenha retirado do local indevido os animais identificados pela fiscalização, fica a Administração Pública Municipal, por intermédio das secretarias afins ou terceiro à sua ordem, devidamente credenciado, autorizada a proceder a retirada dos mesmos, ficando o infrator obrigado a suportar, com exclusividade, a integralidade dos custos da operação.

**Art. 3º.** Ficará a cargo do Município de Jaguari, por intermédio da Secretaria de Defesa Social e da Secretaria de Meio Ambiente a fiscalização de currais, baias e criadouros de animais de médio e grande porte.

**Art. 4º.** A circulação de animal de médio e grande porte em estado de soltura, às margens das rodovias asfaltadas e vias urbanas do Município de Jaguari ensejará sua apreensão, ficando ele sob a guarda e responsabilidade do Município, pelo prazo de até 10 (dias) posteriores à data da captura.

**Art. 5º.** Em caso de apreensão do animal de médio e grande porte a autoridade responsável notificará o respectivo proprietário ou possuidor, facultando-lhe a retomada do animal no prazo prescrito no artigo 4º, mediante pagamento da multa constante do art. 9º desta Lei, sem prejuízo do cumprimento e cominações eventualmente exigidas pelo órgão responsável.

**§1º.** Não sendo possível a perfeita identificação do responsável pelo animal, o Município, por meio das secretarias afins, dará publicidade à apreensão, possibilitando que o processo de retomada seja requerido por quem se identifique como possuidor, obedecidas as prescrições constantes desta Lei;

**§2º.** Em qualquer caso, será providenciada a marcação e identificação individualizada do animal, desde que não configure maus-tratos, para fins de reconhecimento, bem como acomodação em local apropriado.

**Art. 6º.** Expirado o prazo de dez dias, após a notificação ou publicidade da apreensão, os animais serão leiloados em hasta pública ou doados, conforme a conveniência da Administração Pública Municipal e desde que por ato devidamente motivado.

**§1º.** Na hipótese de doação dos animais será dada preferência aos órgãos públicos ou



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI**

entidades sem fins econômicos que tenham por finalidade a atividade agropecuária, científica, educacional ou de assistência social.

**Art. 7º.** No ato da apreensão realizar-se-á inspeção visual do animal e constará da respectiva ficha de ocorrência sua espécie, idade presumida e principais características físicas, o local, data da apreensão, a assinatura do responsável pelo ato, bem como fotos dos animais apreendidos e do local da apreensão.

**§1º.** O animal que apresentar aspecto doentio, sinais de moléstia ou ferimento grave será mantido separado dos demais e receberá assistência médico- veterinária.

**§2º.** Os honorários da assistência médico-veterinária e os medicamentos utilizados no tratamento do animal serão cobrados do proprietário ou responsável pelo mesmo, conforme dispuser a planilha de custo à qual a Administração se sujeitou para aquisição desses produtos e serviços.

**Art. 8º.** A cópia da ficha contendo os dados do animal e o valor das despesas decorrentes da sua apreensão será remetida à Secretaria de Finanças do Município de Jaguari para diligências cabíveis e ressarcimento de valores ao erário.

**Parágrafo único.** Após apuração da totalidade do débito, os valores deverão ser quitados por meio de guia própria a ser emitida pela Secretaria de Finanças do Município.

**Art. 9º.** O proprietário ou responsável pelo animal apreendido, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais, ficam sujeitos as seguintes penalidades de multa:

- I. 08 (oito) VPM por animal apreendido;
- II. 02 (dois) VPM de diária; e
- III. 04 (quatro) VPM de Transporte.

**Parágrafo Único.** Em caso de reincidência, a multa anteriormente aplicada será acrescida de 100% (cem por cento) em cada um dos itens: apreensão, diária e transporte.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI**

**Art. 10º.** Todos os valores arrecadados por força da aplicação da presente Lei serão revertidos à conta de um Fundo específico, destinados exclusivamente à manutenção ordinária do serviço de apreensão, guarda, transporte e aquisição de insumos necessários à manutenção dos animais.

**Art. 11º.** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 12º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, ..... DE ..... DE .....

**IGOR ROSA TAMBARA,**  
**Prefeito do Município de Jaguari.**

REGISTRADA NO LIVRO N.º        ÀS FLS.  
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO  
EM:    /    /

**Secretário de Administração.**